

Governo anuncia revisão da legislação para Amazônia

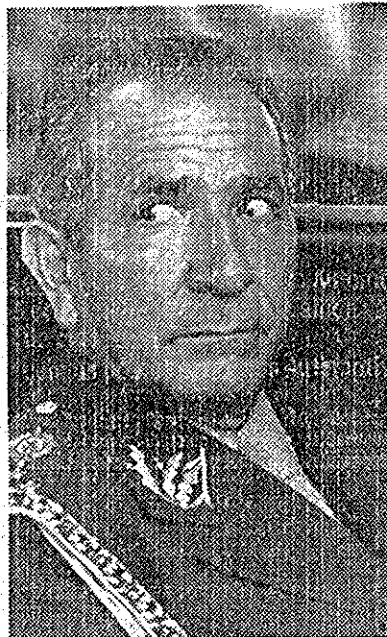
José Rezende Jr.

MANAUS — O governo brasileiro pretende rever a legislação referente à mineração e ao uso de substâncias químicas, além de modificar o critério de aplicação de incentivos fiscais, créditos oficiais e investimentos públicos na Amazônia. Essas propostas estão contidas no Programa Nossa Natureza, criado em outubro do ano passado como tentativa de preservar o ecossistema da Amazônia Legal e somente ontem apresentado oficialmente pelos ministros do Interior, João Alves, e da Casa Militar, Bayma Denys, a oito de seus maiores interessados: os governadores da região.

O programa prevê também a criação de novas reservas florestais e áreas indígenas; criação de polícias especializadas para fiscalizar e coibir atividades predatórias; e um programa de educação ambiental de cunho nacional. Além disso, propõe, como medidas complementares, a ocupação econômica da região Centro-Oeste, como forma de desviar as correntes migratórias que tomam de assalto a Amazônia, e o aparelhamento do Judiciário e do aparato policial na área: "A experiência recente tem demonstrado uma vinculação cada vez maior entre as questões ambientais e as referentes à administração da Justiça e da segurança pública", diz o documento.

Independência — Ainda como medida complementar, o programa *Nossa natureza* defende a formação de um fundo de apoio às ações de natureza ambiental, através de recursos provenientes de programas bilaterais de cooperação técnica e de doações vindas do Brasil ou do exterior, "sem esquecer os cuidados com eventuais ingerências externas que tais ações possam acarretar", como ressaltou o ministro da Casa Militar e secretário-geral da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (Sadena), general Bayma Denys.

Desalento — O ministro, por sinal, deu tom do programa *Nossa Natureza*, bem ao estilo do discurso contra a internacionalização da Amazônia. Afirmou que "a Amazônia brasileira é patrimônio soberano do país, que aceita colaboração internacional, mas não se

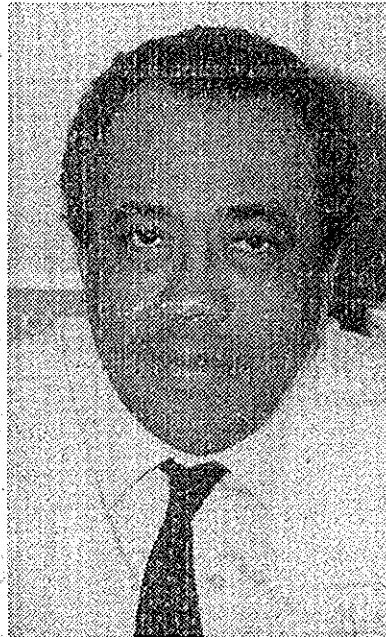


Bayma Denys

submete a pressões de qualquer natureza".

Por último, os responsáveis pelo programa praticamente assinaram um atestado de desalento, ao reconhecerem que a preservação da Amazônia passa, necessariamente, pela agilização da reforma agrária. Nesse caso, cabe ao ministro Bayma Denys convencer o governo a executar a reforma agrária (o ministério criado para tal empreitada foi extinto depois de passar pelas mãos de cinco ministros e pouco desapropriar e menos ainda assentar trabalhadores sem-terra).

A discussão do programa *Nossa natureza*, promovida pelo Instituto Superior de Estudos da Amazônia (Isea), termina hoje, com a participação dos governadores do Amazonas, Amazonino Mendes; Rondônia, Jerônimo Santana; Acre, Flaviano Melo; Roraima, Romero Jucá Filho; Mato Grosso, Carlos Bezerra; Tocantins, Siqueira Campos; Amapá, Jorge Nova da Costa; e o vice-governador do Pará, Wilson Calvino. O governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, não compareceu e sequer mandou representante.



João Alves

Protestos marcaram o primeiro dia de discussão do programa *Nossa Natureza*. Funcionários do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) acusaram o governo de prejudicar ou paralisar, por causa dos cortes de verbas, as atividades dos organismos, como o Inpa e o Museu Goeldi, de Belém, "que teriam condições de fornecer informações para o aproveitamento racional da região".

Empregados da Companhia Siderúrgica da Amazônia também reclamaram contra a desativação da empresa. Os alunos do Instituto de Tecnologia afirmaram que o curso de engenharia florestal tinha sido devastado por falta de recursos e o ex-presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia, José Altino Machado, protestava porque o governo não ouviu os interessados para fazer seu plano sobre a Amazônia.

Ecologista quer boicotar Brasil

Araújo Netto
Correspondente

ROMA — A seção italiana da *World Wildlife Foundation* (WWF), fundação para preservação da vida selvagem no mundo, decidiu comandar a mais radical das campanhas de pressão para obrigar o governo brasileiro a tratar seriamente a questão da defesa da Amazônia. A todas as redações de jornais, televisões, rádios e agências de notícias da Itália chegou ontem o comunicado da WWF, dos três apelos que fez ao chefe do governo italiano, Ciriaco de Mita, para adotar drásticas medidas de represália econômica contra o Brasil.

Na primeira deles, a WWF italiana pede a suspensão de todo e qualquer projeto de financiamento de projetos que possam estimular novas destruições na Amazônia. Na segunda, pretende-se uma suspensão, no mínimo uma consistente redução das importações que a Itália faz do ferro produzido na região do Grande Carajás. A terceira, última e mais violenta reivindicação de WWF italiana é a de fazer com que o governo da Itália suspenda todas as formas de cooperação com o Brasil, se o governo brasileiro não se emendar e continuar executando projetos de devastação da Amazônia.

Além disso, a WWF pediu ao presidente do Conselho de Ministros da Itália, Ciriaco de Mita, uma audiência para discutir ações concretas que poderiam ser tomadas em Roma para salvaguardar as florestas brasileiras. De Mita está em Lisboa, de onde deverá regressar amanhã.

No Parlamento italiano, que deverá aprovar ou não os acordos de cooperação concluídos recentemente pelos ministérios do Exterior de Roma e de Brasília, a iniciativa da WWF conta desde já com o apoio certo de pelo menos 13 deputados e um senador da *Lista Verde*, 13 deputados e 3 senadores do Partido Radical e 8 deputados da Democracia Proletária.